

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

1) ABERTURA – Aos vinte e um dias do mês de janeiro de 2026, às 09h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito na Rua Jaú nº 880 Sala 54, Praia Grande, SP, estiveram presentes os senhores Cristiano de Mola, Gilmar Augusto Garcia, Ricardo Pereira da Silva, Vania Maria de Carvalho Sanchez e Victor Lopes Schiavetti.

Dando início à reunião, o Presidente do Comitê de Investimentos agradeceu a presença de todos e deu início aos trabalhos.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO – Foram apresentados aos membros do comitê o Relatório Analítico dos Investimentos e o Panorama Econômico de dezembro de 2025, emitidos pela Consultoria em Investimentos Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. Após lidos, discutidos e aprovados, os relatórios foram anexados na presente Ata;

3) ANÁLISE DO RELATÓRIO ANALÍTICO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025 – 3.1 - Enquadramento: Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021 e Política de Investimentos 2025. As aplicações do FPGPREV encontram-se enquadradas nos limites e critérios estabelecidos na Política de Investimentos de 2025 e na Resolução CMN nº 4.963/2021, totalizando, no mês de dezembro, a carteira com saldo de R\$1.227.467.752,49, sendo os recursos distribuídos nos seguintes segmentos: Renda Fixa R\$1.141.232.570,10 – 92,97% e Renda Variável e estruturados R\$86.235.182,39 – 7,03%.

O Presidente do Comitê de Investimentos esclareceu que a plataforma de relatórios da consultoria Crédito & Mercado passou a exibir os valores de cota negativos para o fundo Geração de Energia FIP, entretanto, não foi subtraído do saldo total da carteira de investimentos. Destaca-se, portanto, que, ao saldo total da carteira de investimentos do FPGPREV, deverá ser subtraído o valor de R\$-153.449,20.

A Carteira de Investimentos encerrou o mês de dezembro com um retorno positivo de R\$ 9.783.282,22 (0,80%) contra uma meta de 0,78% e, no acumulado do ano, com retorno de 13,99% contra uma meta de 9,69%. A Carteira alcançou a meta anual definida na Política de Investimentos para 2025, apresentando desempenho superior em 4,30% em relação ao parâmetro estabelecido; 3.2 - Relatório da Carteira: Apresentado aos presentes a composição da atual carteira para análise da quantidade de cotistas em cada fundo de investimento com os percentuais sobre do PL do FPGPREV aplicados e os respectivos saldos; 3.3 - Resultado das aplicações financeiras após as movimentações de dezembro/2025: Apresentado, para análise, os retornos individuais de cada fundo de investimento que compõem a carteira do FPGPREV; 3.4 - Total do patrimônio líquido do FPGPREV por gestores e administradores;

4) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS: Foram analisadas, pelos membros, as performances, objetivos, características, composição de carteira, rentabilidades, taxa de administração, riscos de investimentos, dos fundos, parte do portfólio de fundos de investimentos do FPGPREV.

SÍNTESE DA LEITURA DO PANORAMA ECONÔMICO DOS PERÍODOS ANALISADOS

Dezembro de 2025 foi um mês marcado por transições importantes na economia global. As grandes economias caminharam para um cenário de desaceleração suave, inflação em queda e política monetária mais cautelosa. Os Estados Unidos mostraram uma combinação rara: atividade ainda resiliente, inflação cedendo e um mercado de trabalho que perde força sem colapsar; um equilíbrio que reforçou a expectativa de cortes graduais de juros em 2026. Na Europa, o processo de desinflação avançou e trouxe mais estabilidade, enquanto a China deu sinais de estabilização, mas ainda enfrenta desafios estruturais relevantes.

No Brasil, o ambiente foi de estabilidade monetária, inflação mais controlada e mercados financeiros com desempenho positivo, apesar da fraqueza da indústria e de um câmbio pressionado. O mês consolidou a percepção de que 2026 começa com desafios importantes, mas também com espaço para um ambiente econômico mais favorável, desde que a política fiscal avance e a confiança seja preservada.

ESTADOS UNIDOS

CURVA DE JUROS

Em dezembro de 2025, o rendimento do Título do Tesouro dos Estados Unidos de 10 anos (Treasury Bond – T-Bond), um dos principais indicadores de juros de longo prazo no país, permaneceu em um nível elevado. Seu rendimento começou o mês próximo de 4,10% e terminou aproximadamente entre 4,16% e 4,18%. Esse comportamento reflete um ambiente de maior incerteza, marcado por dúvidas sobre a política fiscal, volatilidade associada às decisões de política monetária e impactos das medidas comerciais adotadas ao longo do ano. Em cenários assim, os investidores tendem a exigir retornos mais altos para títulos de prazo longo, o que contribui para manter os rendimentos do Treasury de 10 anos em patamares elevados.

No curto prazo, a Nota do Tesouro dos Estados Unidos (T-Note) de 2 anos terminou dezembro com rendimento aproximado entre 3,45% e 3,50%. Já a Letra do Tesouro de 52 semanas (T-Bill) também ficou estável, perto de 3,60%.

Esses números mostram que o mercado espera queda gradual dos juros ao longo de 2026, mas sem mudanças bruscas no curto prazo. Por isso, os rendimentos dos títulos mais curtos continuam relativamente estáveis, indicando um ambiente de liquidez tranquila e baixa volatilidade. Em conjunto, a inclinação da curva de juros sugere que os investidores não projetam uma recessão imediata, mas reconhecem um cenário de crescimento econômico mais fraco e de ajustes graduais na política monetária. Trata-se de um ambiente em que a cautela permanece elevada, especialmente para prazos mais longos, enquanto os prazos curtos refletem maior previsibilidade e menor volatilidade.

DOLLAR INDEX (DXY)

O Dollar Index (DXY), que mede a força do dólar frente a uma cesta de moedas fortes, apresentou desvalorização moderada entre novembro e dezembro. O índice vinha recuando ao longo do final de 2025 e, já em dezembro, operava consistentemente abaixo do patamar de 100 pontos, refletindo um dólar mais fraco no mercado internacional.

No início de dezembro, o DXY era negociado na faixa dos 98,7 a 99 pontos, permanecendo próximo das mínimas recentes. Ao longo do mês, o índice continuou mostrando leve fraqueza, influenciado principalmente pelas expectativas de cortes de juros pelo Federal Reserve, que pressionam o dólar ao reduzir o diferencial de juros frente a outras economias. No fechamento do período, o DXY seguia em torno de 98,3 a 98,4 pontos, acumulando queda mensal de aproximadamente 0,7%.

Esse movimento indica que os investidores estavam reposicionando suas carteiras diante da perspectiva de uma política monetária mais branda nos Estados Unidos. A combinação de expectativas de redução de juros, menor aversão ao risco global e melhora relativa de outras moedas importantes contribuiu para a perda de força do dólar no final de 2025.

MERCADO DE TRABALHO

Em dezembro de 2025, o mercado de trabalho dos Estados Unidos continuou mostrando sinais de fraqueza, mas com alguns indícios de estabilização. Segundo análises econômicas divulgadas no início de janeiro, a taxa de desemprego, que havia subido ao longo do ano, permaneceu próxima de 4,5% a 4,6%, indicando que o mercado não piorou de forma significativa no fim de 2025.

Os dados também mostram que o ritmo de criação de empregos seguiu baixo. Economistas esperavam que o relatório oficial (Non-Farm Payrolls) registrasse cerca de 73 mil novas vagas em dezembro, um número modesto, mas um pouco acima do observado em novembro. Esse desempenho reforça a leitura de um mercado que ainda gera empregos, porém em um ritmo bem mais lento do que nos anos anteriores.

Ao mesmo tempo, alguns indicadores sugerem que o mercado não está em processo de deterioração acelerada. Os pedidos de seguro-desemprego, por exemplo, recuaram em dezembro, mostrando que as demissões continuam baixas e que as empresas evitam cortes mais profundos mesmo diante da desaceleração econômica. Além disso, dados de plataformas de emprego indicam que as vagas abertas voltaram a crescer levemente ao longo do mês, aproximando-se dos níveis pré-pandemia.

No conjunto, dezembro mostrou um mercado de trabalho em transição:

- menos contratações,
- poucas demissões,
- desemprego estável,
- crescimento moderado de vagas.

Esse cenário reduz a pressão sobre salários e inflação, o que ajuda a explicar por que o Federal Reserve vinha avaliando a possibilidade de cortes graduais nos juros ao longo de 2026.

INFLAÇÃO

No campo da inflação, os dados mais recentes mostram um cenário mais favorável para o consumidor. O Índice de Preços ao Consumidor (CPI), que mede a variação média dos preços pagos pelas famílias, encerrou dezembro com alta anual de 2,7%, uma melhora importante em relação aos 3,0% registrados anteriormente. Esse movimento indica que a pressão sobre os preços está diminuindo.

Além disso, o núcleo do PCE, indicador preferido do Federal Reserve por excluir itens mais voláteis, manteve-se estável em 2,8% ao ano. Essa estabilidade sugere que a inflação subjacente, aquela que mostra a tendência de longo prazo,— segue controlada.

Com um mercado de trabalho menos aquecido e uma inflação em desaceleração, o Federal Reserve decidiu manter a taxa básica de juros na faixa de 3,50% a 3,75% no fim do ano. Esse conjunto de fatores reforça a expectativa de continuidade dos cortes graduais de juros ao longo de 2026, ajudando a sustentar o crescimento econômico sem reacender a alta dos preços.

JUROS

Os dados de dezembro de 2025 ajudam a explicar a postura mais cautelosa adotada pelo Federal Reserve no fim do ano. Nesse período, a economia mostrava sinais de desaceleração controlada, com a inflação em queda e um mercado de trabalho menos aquecido, mas ainda funcional. Diante desse cenário, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), que se reuniu nos dias 9 e 10 de dezembro de 2025, decidiu manter a taxa básica de juros na faixa de 3,50% a 3,75%.

A decisão refletiu o entendimento de que, embora a inflação estivesse recuando de forma consistente, ainda era necessário garantir que essa trajetória fosse sustentável antes de avançar com cortes mais agressivos. Ao preservar essa faixa, o Fed buscou equilibrar dois objetivos: apoiar a atividade econômica em um momento de perda de ritmo e, ao mesmo tempo, evitar qualquer risco de reaceleração dos preços.

Os dados de dezembro reforçaram a percepção de que o ciclo de flexibilização monetária iniciado no segundo semestre de 2025 deve continuar ao longo de 2026, mas de maneira gradual. Com a inflação convergindo para níveis mais confortáveis e o mercado de trabalho ajustando-se lentamente, o ambiente favorece reduções adicionais de juros, sempre com a cautela necessária para não comprometer a estabilidade de preços.

RENDA VARIÁVEL

O mercado acionário dos Estados Unidos encerrou 2025 com um desempenho amplamente positivo, mesmo após um movimento de cautela no último pregão do ano. Em 31 de dezembro, os principais índices registraram pequenas quedas: o S&P 500 recuou 0,7% (fechando em 6.845,50 pontos), o Nasdaq caiu 0,76% (23.241,99 pontos) e o Dow Jones cedeu 0,63% (48.063,29 pontos).

Essa leve correção no fim do mês, porém, não comprometeu o resultado anual. O Nasdaq, impulsionado pelo forte desempenho das empresas ligadas à inteligência artificial, acumulou alta de 20,36% em 2025. O S&P 500 avançou 16,39%, enquanto o Dow Jones subiu 12,97% no ano.

O comportamento dos índices mostra um mercado que, apesar da realização de lucros típica da virada do ano e da menor liquidez no período, manteve uma visão construtiva para o futuro. A desaceleração da inflação e a expectativa de juros mais baixos em 2026 sustentaram o otimismo dos investidores ao longo de todo o ano.

INDICADORES DE ATIVIDADE AMERICANO

PIB

No final de dezembro de 2025, o Bureau of Economic Analysis (BEA), agência do Departamento de Comércio dos Estados Unidos responsável por produzir algumas das estatísticas econômicas mais importantes do país, finalmente divulgou o dado oficial do PIB do terceiro trimestre, após meses de atraso causados pelo shutdown do governo americano. Com a retomada das atividades, o número oficial confirmou que a economia dos Estados Unidos teve um desempenho mais forte do que o esperado.

Segundo o BEA, o PIB do 3º trimestre cresceu 4,3% em termos anualizados, o ritmo mais acelerado em dois anos. Esse resultado mostrou que, mesmo em um ambiente de inflação ainda elevada e mercado de trabalho perdendo força, a economia manteve uma expansão significativa.

Antes da divulgação oficial, o mercado trabalhava apenas com projeções. Uma das principais referências era o GDPNow, um modelo do Federal Reserve de Atlanta que estima o crescimento do PIB antes de sua divulgação oficial. Esse modelo já apontava para uma expansão próxima de 4%. Além disso, analistas projetavam algo entre 3% e 3,5%. Quando o dado oficial saiu, o resultado ficou acima de todas essas expectativas, surpreendendo positivamente o mercado.

Esse crescimento foi impulsionado por alguns fatores importantes:

- Consumo das famílias, que continuou forte e cresceu 3,5% no trimestre.
- Setor de serviços, especialmente saúde, tecnologia e viagens.
- Exportações, que tiveram um salto expressivo de 8,8%.
- Gastos do governo, que aumentaram após o fim do shutdown.
- Queda das importações, que ajudou positivamente no cálculo do PIB.

Apesar do bom desempenho, o cenário econômico ainda exige atenção. A inflação segue acima da meta do Federal Reserve, e o mercado de trabalho mostra sinais de desaceleração gradual. Esses elementos indicam que, embora o trimestre tenha sido forte, o ritmo de crescimento pode perder intensidade nos próximos períodos.

Em resumo, os dados de dezembro confirmam que o terceiro trimestre de 2025 foi positivo para a economia americana, mas o ambiente ainda é de cautela, com desafios importantes no controle da inflação e na sustentação do emprego.

PMI

Os PMIs dos Estados Unidos referentes a dezembro mostram uma economia que segue crescendo, mas com ritmo desigual entre setores. O setor de serviços continua sendo o principal motor da atividade, enquanto a indústria permanece em contração.

No recorte da S&P Global, o PMI de Serviços recuou para 52,5 pontos, abaixo dos 54,1 registrados em novembro, indicando expansão mais moderada. O PMI Composto, que agrega serviços e manufatura, também caiu para 52,7, reforçando a leitura de desaceleração da atividade privada no fim do ano, embora ainda em território de crescimento.

Já o PMI de Serviços do ISM veio mais forte, avançando para 54,4 pontos, com destaque para novos pedidos (57,9) e emprego (52,0), ambos em zona de expansão. O resultado sugere que a demanda doméstica segue relativamente resiliente, apesar de condições financeiras mais restritivas.

Na indústria, o quadro permanece mais fraco. O PMI Industrial (manufatura) do ISM caiu para 47,9 pontos, permanecendo abaixo de 50 pelo décimo mês consecutivo. A queda está associada principalmente à fraqueza dos novos pedidos e à retração dos estoques, enquanto a produção desacelerou, mas ainda permaneceu ligeiramente acima de 50, sinalizando perda de fôlego sem caracterizar contração nesse subindicador específico.

No conjunto, os dados de dezembro indicam uma economia americana que não perde força de forma abrupta, mas avança em ritmo mais moderado e com maior heterogeneidade entre setores. Os serviços sustentam o crescimento, enquanto a indústria segue pressionada. Esse cenário reforça a necessidade de cautela na condução da política monetária, já que a atividade continua positiva, mas com sinais de moderação e pressões de custos ainda presentes.

ZONA DO EURO

INFLAÇÃO

A inflação da zona do euro encerrou dezembro mostrando um quadro de estabilidade e continuidade do processo de desinflação. O índice anual de preços ao consumidor ficou em 2,0%, exatamente no nível considerado ideal pelo Banco Central Europeu (BCE). Esse resultado sinaliza que as pressões de preços continuam se reduzindo de forma gradual e consistente, reforçando o avanço do processo de desinflação.

O núcleo da inflação: que exclui energia e alimentos, itens mais voláteis, também recuou, passando de 2,4% para 2,3%. Esse movimento indica que as pressões internas de preços, especialmente aquelas relacionadas a serviços e bens industriais, continuam perdendo força, ainda que de maneira gradual.

Entre os componentes, a maior contribuição para a desaceleração veio da energia, que permaneceu em terreno negativo e ajudou a compensar a leve alta observada em alimentos, álcool e tabaco. Já os serviços, tradicionalmente mais sensíveis ao mercado de trabalho e à dinâmica salarial, registraram inflação de 3,4%, uma pequena redução em relação ao mês anterior, sugerindo que o setor começa a responder ao ambiente de menor demanda e condições financeiras mais apertadas.

Esse conjunto de dados reforça a leitura de que a inflação no bloco está sob controle, permitindo ao BCE manter uma postura mais confortável na política monetária. Embora o banco central ainda adote cautela, o fato de a inflação geral estar na meta e o núcleo seguir em queda reduz a pressão por novos aumentos de juros. Ao mesmo tempo, o BCE evita sinalizar cortes imediatos, já que riscos persistem: como volatilidade energética, tensões geopolíticas e incertezas sobre a evolução dos salários.

No geral, a inflação de dezembro confirma que o processo de desinflação está consolidado na zona do euro. O índice geral atingiu a meta, o núcleo recuou e os serviços mostraram moderação. O cenário aponta para um início de ano marcado por maior estabilidade de preços e menor necessidade de ajustes bruscos na política monetária.

JUROS

A política monetária da Zona do Euro entrou em uma fase de maior estabilidade. Na reunião de 18 de dezembro de 2025, o Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas inalteradas, com taxa de depósito em 2,00%, taxa de refinanciamento em 2,15% e taxa de empréstimos em 2,40%, em linha com as expectativas.

Essa pausa ocorre após um ano de quedas nos juros. Em abril de 2025, por exemplo, o banco havia reduzido as taxas em 0,25 ponto percentual. A estratégia atual do BCE é de cautela: eles não prometem novos cortes com antecedência e preferem decidir o que fazer a cada reunião, olhando de perto os novos dados da economia. Do ponto de vista macro, as projeções divulgadas em dezembro apontam para crescimento moderado (1,4% em 2025) e inflação média próxima da meta (2,1% em 2025), sugerindo convergência do processo desinflacionário ao longo do horizonte projetado.

Em paralelo, as expectativas de mercado oscilaram ao longo do ano: em abril, houve momentos em que investidores chegaram a precificar pelo menos dois cortes adicionais e, para alguns, até um terceiro, refletindo a leitura de fragilidade da atividade e incerteza sobre o cenário global: precificação que foi sendo ajustada conforme novos dados e comunicações do BCE surgiram.

Em resumo, o BCE mantém uma posição prudente. Embora reconheça o progresso da desinflação, evita indicar reduções imediatas nos juros. A estabilidade das taxas traduz um cenário de inflação mais comportada, crescimento moderado e atenção redobrada aos riscos que ainda cercam a economia.

INDICADORES DE ATIVIDADE DA ZONA DO EURO

PMI

Além da fraqueza persistente na indústria, os dados de dezembro mostram que o setor de serviços da zona do euro também perdeu fôlego, embora tenha permanecido em território de expansão. O PMI de Serviços (final) recuou para 52,4 pontos, após o pico de 53,6 em novembro, indicando que a atividade seguiu crescendo, mas em ritmo mais moderado.

O PMI Composto (final), que combina serviços e manufatura, caiu para 51,5 pontos (de 52,8), sinalizando desaceleração da atividade privada no bloco — ainda acima de 50, portanto compatível com expansão, mas mais contida.

No mercado de trabalho, o emprego no agregado teve leve melhora, porém permaneceu praticamente marginal, refletindo cortes contínuos na indústria. Do lado de preços, a inflação de custos acelerou para máxima de 9 meses, com pressões relevantes associadas ao setor de serviços — ponto de atenção para o BCE, que acompanha de perto a inflação ligada a serviços.

Em conjunto, os PMIs de dezembro reforçam a leitura de uma economia heterogênea: serviços ainda sustentam o crescimento, mas com menor intensidade, enquanto a indústria segue pressionada, resultando em um início de ano de expansão moderada e sensível às condições financeiras e ao ambiente externo.

CHINA

INFLAÇÃO

A inflação chinesa voltou a acelerar em dezembro, mas o quadro geral ainda aponta para uma demanda doméstica fraca e pressões deflacionárias persistentes na indústria. O CPI avançou 0,8% na comparação anual, maior patamar em 34 meses, impulsionado principalmente pela alta dos alimentos e pelo aumento sazonal das compras que antecedem o Ano Novo Lunar. Mesmo com essa aceleração, o índice permanece abaixo do objetivo oficial de “cerca de 2%”, indicando que a recomposição dos preços ainda é incompleta.

O núcleo da inflação permaneceu em 1,2% ao ano, mostrando que a melhora do índice cheio segue concentrada em itens mais voláteis, sem sinalizar uma recuperação mais ampla do consumo das famílias.

No setor industrial, o PPI recuou 1,9% ao ano, uma queda menor que a de novembro (-2,2%), mas ainda compatível com um ambiente de deflação nos portões das fábricas. Esse movimento reflete excesso de capacidade, margens pressionadas e demanda fraca por bens industriais, configurando o 39º mês consecutivo de variações negativas.

Em conjunto, os dados reforçam a leitura de uma economia que cresce de forma moderada, com preços ainda contidos e espaço para novas medidas de estímulo caso a recuperação da demanda interna não ganhe tração nos próximos meses.

JUROS

A política monetária chinesa permanece em compasso de estabilidade. O Banco Popular da China (PBoC) manteve as taxas de juros de referência, as Loan Prime Rates (LPR), inalteradas na decisão mais recente, refletindo a estratégia de preservar espaço para estímulos futuros enquanto monitora a fragilidade da economia. Segundo as informações verificadas, a LPR de 1 ano permaneceu em 3,0%, enquanto a LPR de 5 anos, usada como referência para financiamentos imobiliários, seguiu em 3,5%. Ambas estão nos menores níveis históricos e não sofrem cortes desde maio, quando foram reduzidas em 10 pontos-base.

A decisão de manter as taxas está alinhada ao cenário macroeconômico atual. Embora a China enfrente sinais de desaceleração: com demanda doméstica fraca, setor imobiliário pressionado e crédito em ritmo moderado, o PBoC tem evitado cortes adicionais para não ampliar a pressão sobre as margens dos bancos e para preservar a estabilidade do yuan. A manutenção do juro de curto prazo em 1,4% reforça essa postura de cautela.

Os dados recentes de atividade mostram que varejo e produção industrial perderam força, enquanto o mercado imobiliário segue como um dos principais pontos de fragilidade. Ainda assim, a autoridade monetária prefere atuar de forma gradual, combinando liquidez direcionada e ajustes pontuais, em vez de cortes amplos nas taxas de referência.

Em resumo, a China mantém uma política monetária expansionista, porém prudente. As taxas de juros seguem estáveis em níveis historicamente baixos, contribuindo para sustentar a liquidez e aliviar o custo do crédito em um ambiente de atividade moderada. Ao mesmo tempo, o Banco Central evita cortes adicionais para não pressionar o sistema bancário nem o câmbio, preservando margem de manobra para agir mais adiante. Essa postura permite ao PBoC responder de forma mais assertiva caso a demanda interna volte a perder força ou se os indicadores de consumo e crédito mostrarem deterioração mais acentuada.

INDICADORES DE ATIVIDADE CHINÊS

PIB

A expectativa para o desempenho econômico da China no final de 2025 é de um crescimento moderado. As projeções apontam para uma expansão próxima de 4,3%, ritmo inferior à meta informal do governo, que gira em torno de 5%. Esse cenário sugere uma desaceleração em relação ao início do ano, refletindo os desafios que continuam a limitar o dinamismo da economia.

A expectativa para o desempenho econômico da China no final de 2025 é de um crescimento moderado. As projeções apontam para uma expansão próxima de 4,3%, ritmo inferior à meta informal do governo, que gira em torno de 5%. Esse cenário sugere uma desaceleração em relação ao início do ano, refletindo os desafios que continuam a limitar o dinamismo da economia.

Para o quarto trimestre, a perspectiva é de continuidade da expansão da economia chinesa, mas em um ritmo mais moderado. A perda de fôlego decorre de três fatores centrais:

(1) Fragilidade persistente do setor imobiliário, que continua sendo um dos maiores freios ao crescimento. Investimentos em imóveis caíram -19,2% no 3º trimestre, aprofundando a contração do setor e reduzindo renda, confiança e atividade relacionada à construção.

(2) Consumo doméstico ainda contido, reflexo de três elementos apontados em relatórios oficiais:

- Crescimento mais lento da renda das famílias, reduzindo a capacidade de gasto;
- Confiança do consumidor enfraquecida, devido à incerteza econômica;
- Efeito negativo da crise imobiliária, que gera “efeito riqueza” menor e faz as famílias pouparem mais.

Como resultado, as vendas no varejo desaceleraram para 3,5% no 3º trimestre, bem abaixo do trimestre anterior.

(3) Menor demanda externa por produtos chineses, causada por:

- Novas tarifas impostas pelos Estados Unidos, que reduziram a competitividade dos produtos chineses em seu principal mercado externo;
- Aumento da incerteza global, que diminui pedidos industriais;
- Esgotamento do efeito de antecipação de exportações (*front-loading*), que havia inflado artificialmente os números no início do ano.

Mesmo com medidas de estímulo implementadas ao longo do ano como: cortes de juros pelo Banco Popular da China, redução do compulsório bancário, linhas de crédito para incorporadoras, flexibilização das regras de compra de imóveis, subsídios ao consumo (especialmente para veículos elétricos), aumento dos investimentos públicos em infraestrutura e apoio financeiro a exportadores; esses fatores estruturais seguem pressionando a atividade, limitando a velocidade da recuperação e mantendo a economia em um compasso mais cauteloso.

Apesar de o crescimento permanecer positivo, ele é visto como moderado e dependente de políticas de incentivo e suporte fiscal. Assim, o fim de 2025 tende a ser marcado por um período de transição, no qual a China busca sustentar a expansão econômica enquanto enfrenta sinais de enfraquecimento em setores-chave. Apesar de o crescimento permanecer positivo, ele é visto como moderado e dependente de políticas de incentivo e suporte fiscal. Assim, o fim de 2025 tende a ser marcado por um período de transição, no qual a China busca sustentar a expansão econômica enquanto enfrenta sinais de enfraquecimento em setores-chave.

PMI

A economia chinesa mostrou uma leve melhora em dezembro. O indicador que mede o ritmo das atividades das empresas, tanto a produção (PMI industrial - manufatura) quanto a entrada de novos pedidos, subiu para 50,1 pontos, depois de ter ficado em 49,2 pontos em novembro. Esse número é importante porque valores acima de 50 indicam que as empresas estão crescendo, enquanto valores abaixo de 50 mostram queda na atividade. Ou seja, dezembro marcou uma volta ao crescimento, ainda que de forma moderada.

Essa melhora aconteceu porque as empresas receberam mais pedidos de clientes, que subiram para 50,8 pontos, e aumentaram o ritmo de produção, que chegou a 51,7 pontos. As empresas maiores foram as que mais sentiram essa recuperação, enquanto as menores ainda enfrentam dificuldades.

Outros setores da economia, como serviços e construção (PMI não manufatureiro), também apresentaram avanço. O indicador geral desses setores ficou em 50,2 pontos, mostrando uma pequena melhora, especialmente na construção. Já os serviços continuam mais fracos, mas com sinais de recuperação.

Quando juntamos indústria, serviços e construção, o indicador geral da economia chinesa ficou em 50,7 pontos, mostrando que o país terminou o ano com um movimento de estabilização.

Mesmo assim, o cenário ainda é de crescimento moderado. Muitas empresas continuam com margens apertadas, dificuldade para contratar e dependência de estímulos do governo. Além disso, a demanda de outros países por produtos chineses segue mais fraca, o que limita uma recuperação mais forte.

No geral, dezembro trouxe um sinal positivo: a economia chinesa parou de piorar e começou a se estabilizar, mas ainda enfrenta desafios importantes para manter esse ritmo.

BRASIL

JUROS

O Brasil encerrou dezembro de 2025 com a taxa básica de juros (Selic) mantida em 15% ao ano, nível mais elevado desde julho de 2006. A decisão foi tomada de forma unânime pelo Comitê de Política Monetária (Copom) e marcou a quarta reunião consecutiva sem alterações na taxa. No comunicado, o Banco Central reforçou que o cenário ainda exige cautela e que a Selic deve permanecer em patamar elevado por um período bastante prolongado, com o objetivo de garantir a convergência da inflação à meta e preservar a credibilidade da política monetária.

Em resumo, dezembro de 2025 foi um mês de estabilidade na política monetária, com o Banco Central reforçando que a Selic em 15% era adequada para manter o processo de controle da inflação e preservar a credibilidade da política econômica.

INFLAÇÃO

A inflação brasileira encerrou 2025 em um ritmo mais moderado. O IPCA, que é o índice oficial utilizado para medir o custo de vida no país, fechou o ano com alta de 4,26%, dentro da faixa de tolerância da meta definida pelo Banco Central. Em dezembro, o índice avançou 0,33%, com destaque para aumentos em transporte, especialmente passagens aéreas, e em alimentos, enquanto o grupo de habitação registrou queda e ajudou a conter o resultado do mês.

Entre os indicadores complementares, o INPC, que reflete a inflação para famílias de menor renda, terminou 2025 com alta de 3,9%, após subir 0,21% em dezembro. Esse comportamento mostra que, para esse grupo de consumidores, a pressão sobre o orçamento foi um pouco menor do que a registrada no índice geral.

O IGP-M, amplamente utilizado como referência para reajustes de aluguel, registrou queda de 0,01% em dezembro e acumulou deflação de 1,05% no ano. O resultado foi influenciado principalmente pela redução dos preços no atacado, que compõem a maior parte do indicador, enquanto a parte referente aos preços ao consumidor avançou 0,24% no mês e fechou o ano com alta de 4,08%.

No conjunto, os principais índices de preços mostraram desaceleração ao longo de 2025, indicando que a pressão inflacionária perdeu força de maneira consistente. Esse movimento contribuiu para um ambiente mais favorável à política monetária no início de 2026, abrindo espaço para discussões sobre possíveis ajustes na taxa básica de juros ao longo do ano.

INDICADORES DE ATIVIDADE BRASILEIRO

PMI

A atividade industrial brasileira terminou dezembro de 2025 em um ritmo mais fraco. O indicador que mede o nível de atividade das empresas do setor — o PMI — caiu para 47,6 pontos, abaixo dos 48,8 pontos registrados em novembro. Como esse índice usa a linha de 50 pontos como referência, valores abaixo disso indicam queda na atividade. Ou seja, a indústria brasileira encolheu no último mês do ano.

Essa piora foi causada principalmente pela fraqueza da demanda, tanto dentro do país quanto no mercado externo. As empresas relataram que as novas encomendas diminuiriam em um dos ritmos mais rápidos dos últimos dois anos e meio, o que levou a uma redução mais intensa da produção, a mais forte desde setembro. Com menos pedidos e mais capacidade ociosa, muitas empresas passaram a reduzir preços para tentar estimular as vendas. Esse movimento foi possível porque os custos de insumos caíram pelo segundo mês seguido, com destaque para energia, frete, alimentos e materiais industriais. Mesmo assim, o ambiente permaneceu desafiador: o setor voltou a cortar empregos, revertendo o pequeno aumento observado em novembro.

Apesar do cenário fraco, as empresas demonstraram algum otimismo para 2026, esperando melhora da demanda, juros mais baixos e investimentos em tecnologia que possam impulsionar a produtividade.

No conjunto, o resultado de dezembro mostra que a indústria brasileira fechou 2025 em retração, pressionada pela demanda fraca e pela necessidade de ajustes de custos, mas com expectativa de um ambiente mais favorável no ano seguinte.

CÂMBIO

O mercado de câmbio brasileiro encerrou dezembro de 2025 com o dólar em torno de R\$ 5,49, acima do patamar de aproximadamente R\$ 5,33 no fim de novembro. Em termos simples, isso significa uma alta de

cerca de R\$ 0,15 no mês (por volta de 3%), mantendo a moeda americana em um nível elevado no fechamento do ano.

Esse movimento refletiu um ambiente externo mais cauteloso, com investidores buscando proteção diante das incertezas sobre a trajetória dos juros nos Estados Unidos. No cenário doméstico, a combinação de ruído fiscal e a expectativa de juros elevados por mais tempo também ajudou a manter o real pressionado.

Apesar da variação na comparação com novembro, dezembro foi marcado por uma dinâmica mais de acomodação do que de movimentos abruptos. Para empresas e consumidores, isso tende a reduzir o risco de surpresas de curto prazo em itens sensíveis ao câmbio, como insumos importados, preços dolarizados e viagens. No conjunto, o mês terminou com o dólar alto, porém relativamente estável, refletindo o balanço entre fatores externos e percepção de risco local.

BOLSA DE VALORES

A Bolsa brasileira fechou dezembro de 2025 em alta moderada. O Ibovespa subiu 1,29% no mês e encerrou o ano aos 161.125 pontos, após ter renovado recordes no início de dezembro. No acumulado de 2025, o índice avançou 33,95%, impulsionado pela entrada de capital estrangeiro e pela expectativa de queda dos juros em 2026. Setores como construção, vestuário e intermediários financeiros foram os destaques do ano, refletindo o otimismo com a melhora das condições econômicas. Mesmo com alguma realização de lucros no fim do mês, dezembro consolidou um ano muito positivo para a Bolsa.

RENDA FIXA

A renda fixa terminou dezembro de 2025 com desempenho positivo na maior parte dos índices, refletindo a combinação de juros elevados e menor volatilidade na curva. Os prefixados tiveram um mês favorável: o IRF-M subiu 0,72%, com o IRF-M 1 avançando 0,48% e o IRF-M 1+ registrando alta de 0,95%, beneficiados pela estabilidade das taxas de curto prazo e pelo alívio na parte longa da curva.

Entre os títulos indexados à inflação, o comportamento foi misto. O IMA-B teve leve alta de 0,11%, enquanto o IMA-B 5 avançou 0,32%. Já o IMA-B 5+ recuou 0,28%, refletindo a maior sensibilidade dos papéis longos às expectativas fiscais e inflacionárias.

Os pós-fixados seguiram entregando retornos consistentes: o IMA-S subiu 1,03%, acompanhando o CDI elevado e permanecendo como a classe mais estável do mês. No agregado, o IMA-Geral avançou 0,52%, sustentado pelo bom desempenho dos prefixados e dos pós-fixados, que compensaram a queda dos títulos longos indexados à inflação.

CONCLUSÃO, PERSPECTIVAS E RECOMENDAÇÕES

O fechamento de 2025 deixou claro que a economia global entrou em um período de acomodação, no qual a inflação perde força, a atividade avança de forma mais moderada e os bancos centrais adotam uma postura

mais cuidadosa. Esse ambiente, embora ainda marcado por incertezas, abre espaço para ajustes graduais na política monetária ao longo de 2026.

Para o Brasil, o mês reforçou a necessidade de equilíbrio: a inflação mostrou sinais de controle, os mercados financeiros tiveram desempenho positivo e a política monetária permaneceu estável, mas a atividade industrial fraca e o câmbio pressionado lembram que os desafios continuam presentes. A evolução do cenário fiscal e a capacidade de manter a confiança serão determinantes para transformar esse início de ano em uma trajetória mais favorável.

No geral, dezembro encerra o ano com um quadro mais estável e com expectativas moderadamente positivas, indicando que 2026 pode ser um período de transição importante — desde que as condições internas e externas avancem na direção da previsibilidade e da responsabilidade econômica.

PERSPECTIVAS

O início de 2026 se desenha como um período de ajustes importantes na economia global. A combinação de inflação mais comportada, atividade moderada e bancos centrais atuando com maior prudência cria um ambiente menos turbulento do que o observado nos últimos anos. Esse movimento tende a favorecer uma redução gradual das taxas de juros nas principais economias, o que pode aliviar condições financeiras e melhorar o apetite por risco ao longo do ano.

Para o Brasil, o cenário exige atenção, mas também oferece oportunidades. A inflação mais controlada e a estabilidade da política monetária ajudam a ancorar expectativas, enquanto os mercados financeiros mostram disposição para reagir positivamente sempre que há sinais de maior previsibilidade. Por outro lado, a fraqueza da atividade industrial e a sensibilidade do câmbio reforçam a necessidade de disciplina fiscal e clareza nas decisões de política econômica.

Se o ambiente internacional continuar convergindo para maior estabilidade e o país avançar na agenda fiscal, 2026 pode se transformar em um ano de transição favorável — com melhora gradual da confiança, redução de incertezas e espaço para uma retomada mais consistente da atividade.

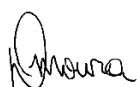
RECOMENDAÇÃO

Diante do cenário atual e das perspectivas, recomenda-se que o RPPS adote uma estratégia de investimentos equilibrada, priorizando segurança e liquidez, mas sem deixar de aproveitar oportunidades gradualmente emergentes. De forma prática, a orientação é:

- Manter participação em renda fixa pós-fixada (CDI, GESTÃO LIVRE e IRFM 1), aproveitando o retorno elevado proporcionado pela Selic no curto prazo.
- Manter e avaliar aumento gradual de posições em IPCA+ (IMA B 5), buscando proteção contra inflação e alongamento de duration com cautela.
- Considerar incremento moderado em renda variável, priorizando setores defensivos e ativos com fundamentos sólidos.

- Avaliar exposição internacional como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos.
- Reforçar análise de crédito privado (LF, CDB, FIDC), priorizando emissores de alta qualidade e com rating consistente.

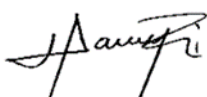
A estratégia mais adequada para o momento é de gestão ativa com foco em preservação de capital, mas já incorporando movimentos graduais para capturar ganhos futuros, alinhada à Política de Investimentos e ao perfil previdenciário de longo prazo.



Diego Lira de Moura

Economista

Consultor de Valores Mobiliários



Marcelo Silva

Contabilista

Especialista em Investimentos CEA

5) ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA E PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE

As receitas de CONTRIBUIÇÕES MENSASIS deverão ser aplicadas da seguinte forma:

- a) Os valores referentes à TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, no fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA;
- b) Os valores referentes ao aporte ou parcelamentos, no fundo específico SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM FIC RF;
- c) O restante deverá ser aplicado no fundo BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI.

As receitas referentes à COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA serão aplicadas no fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP. Por sua vez, quaisquer despesas decorrentes da Compensação Previdenciária serão cobertas mediante resgate do mesmo fundo.

Em relação a OUTROS CRÉDITOS que o FPGPREV venha receber, deverão ser alocados no fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP.

Quanto ao pagamento de DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS, deverá ser utilizado o fundo BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO.

Quanto ao pagamento das DESPESAS ADMINISTRATIVAS, deverá ser utilizado o fundo BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO ou, caso haja impossibilidade de movimentação pelo sistema do BANCO DO BRASIL, deverá ser utilizado o fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M TP RF, devendo o valor ser reposto dos recursos na conta de origem após possibilidade de movimentação.

Os valores que retornarem à CONTA CORRENTE DO BANCO BRADESCO, devido à ausência de recadastramento, deverão ser transferidos para a conta corrente específica, atualmente agência 0964 e número 000574427394-4, do banco da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com possibilidade de aplicação automática. Caso haja impossibilidade de movimentação pelo sistema da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, esta ocorrerá através da conta corrente do banco Bradesco com resgate do fundo BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO. Após possibilidade de movimentação, o valor deverá ser repostado na conta de origem.

O Comitê de Investimentos sugere pela aplicação automática no fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA dos recursos que não possam ser tempestivamente aplicados devido aos horários, podendo ser mantido um valor mínimo de aplicação para manutenção de sua atividade.

Considerando que o fundo BB FLUXO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO está enquadrado no artigo 7, III, a, da Resolução CMN nº 4.963/2021, este será excluído para aplicação automática. Havendo saldo remanescente, este será resgatado na totalidade e aplicado no fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M TP RF.

Considerando:

- A Resolução CMN nº 5.272 de 18/12/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPSs, que entrarão em vigor a partir de 02/02/2026;
- Que, atualmente, o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande - FPGPREV não é aderente ao Programa Pró-Gestão;
- Necessidade de adequação dos fundos de investimentos para receber aplicações de acordo com a referida Resolução;
- A oportunidade de aplicação, na competência de janeiro, nos fundos de investimentos enquadrados pelo art. 7, III, a, da Resolução CMN nº 4.963/2021;

O Comitê sugere a realização das seguintes movimentações, com aplicação dos recursos nos fundos indicados, observando os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021:

Resgates sugeridos:

- Resgate total do fundo ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP, CNPJ nº 29.241.799/0001-90;
- Resgate total do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, CNPJ nº 10.740.670/0001-06;
- Resgate parcial do fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ nº 14.508.605/0001-00, cujo valor exato será definido após o resgate dos fundos anteriores e a soma total seja R\$157.000.000,00.

O fundo ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND tem data de liquidação em D+1, portanto, a aplicação nos fundos sugeridos será realizada a partir do dia posterior a solicitação de resgate.

Os recursos resultantes dos resgates devem ser aplicados nos seguintes fundos:

- BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI, CNPJ nº 03.399.411/0001-90;

- SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI, CNPJ nº 02.224.354/0001-45;
- BB INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA, CNPJ nº 02.296.928/0001-90.

Seguem tabelas com os saldos de fechamento da competência de dezembro/2025 e de limites de aplicação:

RESGATES		
	SALDO 12/2025	VALORES
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND	R\$ 109.670.363,93	SALDO TOTAL
CAIXA BRASIL IRF-M 1	R\$ 9.567.865,34	SALDO TOTAL
CAIXA BRASIL IRF-M	R\$ 109.898.496,10	PARCIAL
TOTAL	R\$ 229.136.725,37	R\$ 157.000.000,00

APLICAÇÕES		
	LIMITES (REF. 19/01 – Sistemas CVM)	
	ART 18	ART 19
BRANCO PREMIUM DI	R\$ 41.080.943,99	R\$ 2.725.599.170,57
SANTANDER INSTITUCIONAL DI	R\$ 49.455.732,36	R\$ 535.936.072,68
BB INSTITUCIONAL DI	R\$ 66.495.717,90	R\$ 285.478.862,49
TOTAL	R\$ 157.032.394,24	

As operações de aplicação respeitarão os limites previstos nos artigos 18 e 19 da Resolução CMN nº 4.963/2021. Como medida prudencial, será mantida uma margem de segurança de 0,04% sobre o valor total da carteira de investimentos para cada fundo receptor.

A proposta tem como objetivos principais aumentar a exposição da carteira ao índice DI, otimizando seu perfil de rentabilidade, e preparar os fundos de renda fixa de títulos públicos para o recebimento das aplicações programadas a partir de 02 de fevereiro de 2026, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025.

Essa estratégia é respaldada pelas projeções do Boletim Focus de 16/01/2026, que sinalizam a expectativa de a taxa SELIC encerrar o exercício de 2026 em 12,25% – patamar que mantém atratividade para investimentos de baixo risco e contribui para o atingimento da meta atuarial do fundo.

Considerando a previsão de recebimento de cupons com liquidação em 15/02/2026, o Comitê de Investimentos sugere a alocação dos recursos oriundos dos fundos Vértice BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE ESPECIAL 2026 e CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS no fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP (CNPJ 14.508.605/0001-00).

A indicação fundamenta-se na expectativa de redução da taxa SELIC, justificando a migração para o índice IRF-M de títulos públicos de taxa pré-fixada, visando capturar a valorização desses ativos no cenário projetado.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Os membros do Comitê de Investimentos participaram, desde a última reunião ordinária, dos seguintes eventos:

- Curso presencial de Gestão Atuarial em defesa dos RPPS e do Regime Estatutário em 17/12/2025;

- Vídeo chamada sobre a Resolução CMN nº 5.272/2025 com representantes da Crédito & Mercado em 19/12/2025;
- Vídeo chamada sobre os principais pontos da nova Resolução CMN nº 5.272/2025 com representantes do banco Itaú em 12/01/2026;

b) O Presidente do Comitê de Investimentos informou que, no acompanhamento do desempenho do fundo Caixa Consumo Resp Limitada FIF Ações, registrou-se, em dezembro de 2025, uma desvalorização de -3,03%. Conforme deliberação aprovada em ata do Conselho de Administração de dezembro/2025, foi solicitado o resgate, em 19/12/2025, no valor de R\$ 4.000.000,00 deste fundo, com subsequente aplicação no BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP. Após a operação, o saldo final do mês encerrou em R\$ 9.537.068,00, restabelecendo o enquadramento aos limites do artigo 18 da Resolução CMN nº 4.963/2021. Adicionalmente, em 05/01/2026, foi solicitado o resgate total do fundo Caixa Consumo FIA, o qual, nesse dia, o valor demonstrado era de R\$9.455.589,26, entretanto, em razão da cotização em D+1, o valor efetivamente creditado foi de R\$9.689.168,75, com realocação dos recursos no BB Perfil DI. Essa movimentação inicia a estratégia de recuperação do capital inicial, alinhada ao objetivo de atingimento da meta atuarial. Vale destacar que, com a publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, em 18 de dezembro, houve alteração nos critérios e regras para aplicação direta em títulos públicos. Portanto, torna-se necessária uma nova análise para dar continuidade à estratégia original de destinar os recursos do Caixa Consumo FIA a títulos públicos diretos;

c) O Comitê de Investimentos, em conjunto com a consultoria Crédito & Mercado, elaborou uma minuta revisada da Política de Investimentos para 2026, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025, que substituirá a versão aprovada em dezembro de 2025. O documento será submetido à deliberação do Conselho de Administração.

d) E, não havendo mais nenhuma manifestação, deu-se por encerrada a reunião às 13h00 e eu, Victor Lopes Schiavetti, secretariei os trabalhos e subscrevo, seguido dos demais presentes.

CRISTIANO DE MOLA
MEMBRO TITULAR

GILMAR AUGUSTO GARCIA
MEMBRO TITULAR

RICARDO PEREIRA DA SILVA
MEMBRO TITULAR

VANIA MARIA DE CARVALHO SANCHEZ
MEMBRO TITULAR

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
PRESIDENTE